



Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei: 060/2026

Processo: 888/2026

Autoria: Ana Carolyna Caldeira Moura

Assunto: Institui o Programa Municipal de Incentivo à Qualificação e ao Primeiro Emprego da Juventude, com prioridade para jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações de articulação com a rede de ensino e o setor produtivo, no âmbito do Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

A tramitação desta matéria teve início em 04/03/2026, sendo encaminhada à Comissão de Justiça e Redação para análise e elaboração de parecer quanto aos seus aspectos Constitucionais e Redacionais.

Conforme determina os ensinamentos constitucionais e infralegais ao apresentar um Projeto de Lei deve vir acompanhado de sua justificativa, desse modo nas palavras do legislador proponente o presente Projeto de Lei tem como justificativa:

O presente Projeto O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir o Programa Municipal de Incentivo à Qualificação e ao Primeiro Emprego da Juventude em Vila Velha, com foco especial nos jovens em situação de vulnerabilidade social, articulando o poder público, a rede de ensino e o setor produtivo.

A juventude é um dos segmentos mais impactados pelo desemprego, pela informalidade e pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, muitos jovens enfrentam condições sociais desfavoráveis, o que reforça a necessidade de políticas públicas que ofereçam oportunidades de qualificação, orientação e acesso ao primeiro emprego.

A proposta apresentada busca organizar, em nível municipal, um conjunto de diretrizes e ações voltadas à qualificação profissional e à empregabilidade de jovens, aproveitando estruturas e programas já existentes, sem criação de novas estruturas administrativas. As ações poderão ser desenvolvidas de forma articulada entre as secretarias e órgãos municipais responsáveis por educação, desenvolvimento





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

econômico, assistência social, trabalho e juventude, em diálogo com instituições de ensino, entidades do Sistema S, organizações da sociedade civil e empresas locais.

Entre as medidas previstas, destacam-se a promoção de cursos e oficinas de qualificação, eventos de empregabilidade, estímulo à oferta de estágios, programas de aprendizagem e vagas de primeiro emprego, bem como a divulgação de informações sobre oportunidades destinadas à juventude. Importante ressaltar que o projeto respeita os limites orçamentários do Município, uma vez que as ações deverão observar a disponibilidade financeira e poderão ser implementadas de forma gradativa, aproveitando parcerias e instrumentos já existentes.

Não se trata de criar benefícios financeiros automáticos, mas de estabelecer uma política municipal clara de incentivo à qualificação e ao primeiro emprego de jovens. A iniciativa contribui para a redução da vulnerabilidade social, para o fortalecimento da autonomia dos jovens e para o desenvolvimento econômico do Município, ao aproximar o setor produtivo da juventude local e favorecer a formação de mão de obra qualificada.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

II - PARECER DO RELATOR

Inicialmente, ao ser feito uma análise sobre a legalidade e constitucionalidade de um Projeto de Lei Municipal deve ser observado as regras e princípios da Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município de Vila Velha (LOM/VV). A presente análise se inicia com as regras infraconstitucionais, posteriormente adentrando nos ensinamentos constitucionais.

Antes, para contribuir com a presente análise a doutrina pátria explana sobre as tipologias das inconstitucionalidades e quando uma matéria incorre em vício, inicialmente ensina André Ramos Tavares:

“A primeira ocorrência recebe a denominação de inconstitucionalidade material, substancial ou intrínseca. A segunda, por seu turno, é denominada inconstitucionalidade formal, ou extrínseca. A nomenclatura intrínseca/extrínseca, como se percebe, toma como critério a própria lei. Assim, se o conteúdo (aspecto intrínseco) não estiver de acordo com o conteúdo constitucional, há





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

inconstitucionalidade material”. Ao contrário, se o conteúdo estiver em coerência com o conteúdo constitucional, mas considerada a lei pela ótica de como se originou, observa-se que houve o desatendimento de condições constitucionais (que fazem parte, evidentemente, do conteúdo da Constituição), há uma inconstitucionalidade de cunho meramente formal, extrínseco ao conteúdo da lei (Tavares, André Ramos Curso de direito constitucional / André Ramos Tavares. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.)

Explica também, Gilmar Mendes:

"A inconstitucionalidade pode ser material, quando o conteúdo da norma fere a Constituição, ou formal, quando há desrespeito ao processo legislativo previsto na Constituição." (Curso de Direito Constitucional, 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2023.)

Além da observância aos requisitos formais e materiais, é fundamental que toda norma respeite os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Nesse sentido, o Art. 37, caput, da Constituição Federal, estabelece que:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

Dito isso, ao analisar as regras previstas na Lei Orgânica Municipal do município de Vila Velha (LOM/VV) é possível notar que a presente proposta está em consonância com a competência legislativa concedida aos Vereadores, não há vício de iniciativa (formal), quando o legislador adentra em matéria que é de competência privativa do chefe de Poder Executivo Municipal, o comando legal que versa sobre a matéria é o art. 34, p.º, I, II, III, da LOMVV, veja:

Art. 34 A iniciativa de lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos legais.

Parágrafo Único - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, indireta ou fundacional, bem como regime jurídico de seus servidores, aumento de sua remuneração, vantagens e aposentadoria;





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

- II** - organização administrativa do Poder Executivo e matéria orçamentária. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 44/2011)
III - criação de Guarda Municipal e fixação ou modificação de seus efetivos.

Logo, na esfera da análise municipal não há nenhum óbice legal. Superada a análise no plano municipal é necessário analisar-se os ditames da Constituição tanto a Estadual como a Federal.

Nessa linha de raciocínio a Constituição Estadual¹ e Federal² em seus arts. 28, I e 30, I, respectivamente expõem que compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local, encaixando-se perfeitamente com a presente proposta.

Nessa baila, ensina Celso Antônio Bandeira de Melo que:

"O critério para delimitação da competência legislativa municipal é o interesse local. Sempre que um tema for preponderantemente de interesse da municipalidade, cabe ao ente local legislar sobre ele."
(Curso de Direito Administrativo, 34ª ed., São Paulo: Malheiros, 2019.)

Diante do exposto, não se identificam vícios formais ou materiais no presente Projeto de Lei, que respeita os princípios da Constituição Federal, Estadual e da Lei Orgânica Municipal. Assim, a Comissão de Justiça e Redação manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento regimental da proposta.

¹ **Art. 28.** Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

² **Art. 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

III - PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A **Comissão de Justiça e Redação** entende ser o Projeto de Lei nº **060/2026**, *legal e constitucional*, sendo, portanto, favorável ao prosseguimento regimental interno.

Vila Velha/ES, 20 de março de 2026.

IVAN CARLINI

Presidente/Relator

DR. HÉRCULES

Membro

DEVACIR RABELO

Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340032003600350035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **VEREADOR IVAN CARLINI** em **23/03/2026 07:49**

Checksum: **BD784CBC9E6831364ADA05E024CE466CBC715BF667FBF11643F355A423B61044**

Assinado eletronicamente por **VEREADOR DOUTOR HÉRCULES** em **30/03/2026 14:34**

Checksum: **6D8A605E66A2B59A76F6339D75D3F98EEDEA0BDE21AD46D216105AB1ACC1C36**

